

DISCURSOS ENTRE PERSPECTIVAS E RESISTÊNCIAS EM RELAÇÃO ÀS ESTUDANTES TRAVESTIS NAS ESCOLAS

DISCOURSES BETWEEN PROSPECTS AND RESISTANCES IN RELATION TO TRANSVESTITES STUDENTS IN SCHOOL

DISCURSOS ENTRE LAS PERSPECTIVAS Y RESISTENCIAS A LOS ESTUDIANTES TRAVESTIS EN LAS ESCUELAS

* *Fernando Guimarães Oliveira da Silva*

** *Eliane Rose Maio*

RESUMO: Este texto analisa enunciados de uma reportagem realizada em 2013 no Mato Grosso do Sul que enfatizaram a vivência de estudantes travestis nas escolas. Neste contexto, tem-se as discussões que envolvem reivindicações de estudantes voltadas para o uso do nome social, bem como para o uso do banheiro feminino. Como objetivo, torna-se oportuno apreender os conceitos e resistências expressos nos efeitos de sentido dos discursos produzidos. O recurso metodológico da arqueologia foucaultiana somado ao escopo dos estudos culturais possibilita que se foque em enunciados que atuam como resistências para a promoção do respeito à diversidade sexual em ambiente escolar. As estratégias de análise oportunizaram reflexões conclusivas que visam assegurar o direito à qualidade do atendimento que oportunize a legitimação da diversidade sexual nas escolas, partindo do reconhecimento do modo como estes sujeitos significam e qualificam em si o gênero feminino.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso. Educação. Diversidade. Sexualidade.

INTRODUÇÃO

*Três travestis
Traçam perfis na praça.
Lápis e giz
Boca e nariz, fumaça.
Lótus e liz
Drops de aniz, cachaça
Péssima atriz
Chão, salto e triz, trapaça
Quem é que diz?
Quem é feliz?
Quem passa?
A codorniz
O chamariz
A caça
Três travestis
Três colibris de raça
Deixam o país
E enchem Paris de graça*

*Professor das Faculdades Integradas de Três Lagoas (AEMS). Doutorando em Educação (UEM). E-mail: fernando.ufms@hotmail.com.

**Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da (UEM). Pós Doutora e Doutora em Educação (UNESP/Araraquara) E-mail: elianerosemaio@yahoo.com.br.

Este texto inicia com a letra da música “Três travestis”, de Caetano Veloso, já que visa trazer reflexões acerca das vivências de sujeitos travestis em situações particulares. Apesar de explorar estereótipos identitários sobre elas nota-se, nos efeitos de sentido produzidos a partir dos enunciados veiculados através da música, a representação de travesti relacionada à produção social do gênero feminino que é performatizado no corpo delas. Quando temos o enunciado “traçam perfis na praça”, pode-se apreender a ideia de um perfil traçado que se inscreve na impossibilidade de se fixar identidades sociais estanques relacionadas a determinados indivíduos com tais características, nesse caso voltadas para a identidade social de gênero.

Desse modo, ampliando o escopo e especificando o contexto de reflexões, cabe questionar acerca de que modo ocorre o atendimento escolar às estudantes travestis nas escolas. Esse questionamento atravessa as percepções produzidas pelo imaginário social sobre sexualidades, identidades de gênero e principalmente a cultura e a função escolar, uma vez que a escola é permeada de discursos e práticas que reavivam que temos “[...] classismo, racismo, sexismo e homofobia (ou heterossexismo, se preferirmos), entre outros fenômenos discriminatórios [...]” (JUNQUEIRA, 2009, p. 211).

No limiar dessas práticas preconceituosas, é relevante frisar a necessidade de movimentar discussões nas escolas, no que se refere às reivindicações em que os estudantes Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTTs) se inserem. A promoção dessa discussão articula a questão da educação baseada no respeito à diversidade com a necessidade de que sejam desconstruídos imaginários (re) produzidos coletivamente de que as travestis interferem problematizando, a partir de suas vivências e de sua presença em determinados contextos, em questões normativas de heterossexualidade, costumeiramente, presente nas práticas e rotina escolar (JUNQUEIRA, 2009).

Além disso, observando a caricaturização corporal das travestis presente na música de Caetano Veloso, há que se enfatizar que a escola é essencial na formação e (des) construções identitárias de estudantes, independente de quaisquer identidades que se pretenda acionar como exemplo. Isso não se torna mero detalhe quando o objetivo é contribuir para subverter o preconceito de que travestis são pessoas desprovidas de regras e morais sociais; fator esse que pode afastá-las das condições mínimas de permanência nas escolas, uma vez que a normatividade heterossexual associa moralidade à sexualidade (JUNQUEIRA, 2009).

Desse modo, as ponderações teóricas serão, oportunamente, discutidas no tópico que traz as perspectivas teóricas que atravessam a discussão da diversidade sexual nas escolas. Também se fez indispensável para promover uma leitura enriquecedora sobre o tema, que enunciados colhidos de uma entrevista com uma estudante travesti que reivindicou ser reconhecida pelo nome social, bem como utilizar o banheiro feminino numa escola estadual do Estado do Mato Grosso do Sul, veiculada em Fevereiro de 2013 sejam utilizados como exemplo de análise – e o serão.

Como arcabouço teórico-metodológico foi utilizado o método arqueológico de Foucault tendo como instrumento de análise o discurso no intuito de conhecer e levantar questões que dificultam que o ambiente escolar reconheça expressões, gestos e (des) identificações de sujeitos no processo educativo, o que se torna indispensável para o estudo da cultura da normatização e normalização dos indivíduos.

PERSPECTIVAS TEÓRICAS QUE ATRAVESSAM AS DISCUSSÕES SOBRE SEXUALIDADE, GÊNERO E IDENTIDADE

A inscrição analítica sobre o tema, parte do pressuposto foucautiano de que a sexualidade é uma invenção social (FOUCAULT, 1986). Em “História da Sexualidade I – a vontade de saber”, o autor faz uma discussão a respeito do dispositivo de sexualidade que nos atravessa como membros do corpo social de onde emergem encarceramentos identitários por definir o comportamento de homens e mulheres, promovendo, com isso, a inscrição de papéis definidos para seus corpos (através de uma lógica binária de representação – homem, mulher; feminino, masculino; macho, fêmea, etc.). A lógica dessa perspectiva disciplina normas e regras que o corpo do homem e da mulher, como instrumento de controle (vigilância) e poder (disciplina), devem fazer para pertencer a um grupo, nesse caso, o heterossexual.

Entender, historicamente, a inscrição desse dispositivo orienta os sujeitos a agir, a partir dos padrões de normalidade instituídos por ele, uma vez que, numa primeira análise do dispositivo de aliança, Foucault (1986) traçou a relevância da aliança para fortalecer uma prole e uma família, sendo que as famílias formavam-se com base numa perspectiva heteronormativa, em que apenas as relações sexuais entre homens e mulheres foram (e ainda podem ser), autenticamente, reconhecidas.

Em sua leitura, Foucault (1986) destacou que o dispositivo é construído a partir de discursos religiosos, jurídicos, escolares, culturais, sociais, econômico etc., porque cada

instituição que representa esses espaços necessita de um corpo. Utilizam, então, o corpo para inscrever suas marcas do que é considerado normal e indispensável para seu uso. Com base nisso, rompendo com a leitura do sexo enquanto perspectiva de procriação, fortalecimentos de laços de consanguinidade, o sangue enquanto pertencimento etc., o dispositivo de sexualidade trouxe uma nova perspectiva da questão do sexo, voltado para o prazer, desvinculando-se do sentido religioso, tradicional e progressista de procriação.

Nos estudos de Louro (1997), a autora compreende o gênero como uma “construção social”, oferecendo uma visão de que as perspectivas de gênero problematizam a questão feminina (espaço da mulher) e as expressões de sexualidades apenas em enunciados conservadores e tradicionais. Nessa perspectiva, o corpo, apesar de um instrumento de “tecnologia política do poder” (FOUCAULT, 2005, p. 118)¹ não pode ser demarcado, previamente, a partir de funções essencialistas e naturalizantes do que se associaria como estando inscritas e predeterminadas para o gênero masculino e feminino.

Para Peres (2011, p. 95), por exemplo, os significados sobre a sexualidade precisam ser revisados:

A análise da sexualidade como dispositivo político não implicaria necessariamente a elisão do corpo, da anatomia, o biológico ou o funcional, seria uma forma de mostrar de que modo se articulam os dispositivos do poder sobre o corpo, suas funções, processos fisiológicos, sensações e prazeres. Colocar o corpo em interface com o biológico e o político fora das referências do evolucionismo, para que se liguem às complexas tecnologias modernas de saber/poder que tomam por alvo a vida.

Nos estudos de gênero, as práticas sexuais não podem ser alinhadas a partir da diferença biológica dos sexos que catalogam seres como macho e fêmea, mas sim, com as expressões do desejo de sujeitos e sua orientação, inclinado e atraído por outro sujeito, quer seja homem, mulher, transexual, travestis etc. (JUNQUEIRA, 2009). Mesmo que se empreenda esta análise, as desigualdades de gênero comparecem para fortalecer a dicotomia culturalmente estabelecida entre masculino e feminino na qual o masculino exerce função de dominação sobre o feminino, refletindo sobre as práticas de “linguagem, a sexualidade e a sala de aula, o homossexualismo, a construção da imagem, da professora e do professor, a relação da construção das identidades de gênero e a questão racial” (LOURO, 1997, p. 5).

¹ São os instrumentos (métodos e disciplinas) utilizados para assujeitar os corpos aos efeitos das relações de poder.

A autora complementa também que a emergência da categoria gênero como ponto de análise veio para demonstrar que as não são as características sexuais que determinam o que é feminino ou masculino, mas sim, a forma como elas são representadas e valorizadas em uma dada sociedade (LOURO, 1997).

Subentende-se que a produção do conceito de gênero se constrói nas relações sociais. Com isso, é importante ressaltar que as diferenças e divisões sociais rígidas entre feminino e masculino se fortalecem porque as práticas sociais insistem em definir e nomear comportamentos, modos de subjetivação e outras questões que, oportunamente, trabalham a favor da cristalização de identidades.

Pensar nas diversas maneiras como sujeitos em diversos contextos expressam gêneros possibilita desconstruir perspectivas essencialistas e naturalizantes baseadas em convenções sociais do gênero atribuído ao nascer. No entanto, se as discussões se guiarem pela perspectiva de que o gênero é social reforçando tal argumento como legítimo, as pessoas podem se identificar como sendo do gênero oposto ao atribuído no nascimento, sendo estigmatizadas por isso, por estarem em desacordo com o comportamento esperado.

Para contestar o pensamento dicotomizador de gênero, considera-se bastante oportuno discutir o conceito de identidade pelo enfoque dos estudos culturais. Stuart Hall (2006), por exemplo, destaca três contextos sócio-históricos que criaram significados sobre a identidade.

Cita o primeiro contexto como sendo aquele em que o sujeito é visto como centrado e unificado, situado na fase do sujeito iluminista; o segundo é o viés sociológico, em que a subjetividade é percebida sob o prisma da perda de autonomia e autossuficiência e, por último, destaca o sujeito pós-moderno como aquele que não tem uma identidade fixa e permanente.

Esta última é permeada de imprecisões, orientações e aspirações múltiplas que a tornam, ilusoriamente, estável, plena e única (HALL, 2006). Essa ilusão fornece fragmentos teóricos de que o sujeito é permeado de inconsistências, incompletudes, desestabilidades; tornando-se abertos a “novas articulações” (HALL, 2006, p. 17-18) de identidades sexuais para se expressar.

O descentramento do sujeito pós-moderno cria possibilidades de articulação com novas perspectivas de identidade. Dessa maneira, predeterminar identidades de gêneros às pessoas é restringir o corpo dos sujeitos a uma identidade fixa. Dito assim, ao assinalar o processo turbulento de constituição e formação identitária, Hall (2006) considera que a identidade não é nata, mas encontra-se em constante processo de formação e representação.

Em Tomaz Tadeu da Silva (2000, p. 81), a identidade “está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas”. Nesse sentido, a disputa pela identidade está relacionada às questões mais amplas de nossa sociedade, principalmente se relacionada à diferença, visto que a “A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e excluir” (SILVA, 2000, p. 82).

Se analisada pela perspectiva de Silva (2000), a hegemonia da heterossexualidade garante seu status de identidade normativa, porque os sujeitos que não se caracterizam como pertencentes a ela e continuam experimentando processos de estigmatização e ausência de acessos aos recursos sociais em padrão de equidade. Nessa lógica, Silva (2000, p. 83) enfatiza que “As relações entre identidade e diferença ordenam-se, todas, em torno de oposições binárias: masculino/feminino, branco/negro, heterossexual/homossexual”.

A partir do momento em que uma identidade é considerada normativa e normalizada, conseqüentemente, várias características positivas são atribuídas a ela para que seja garantido o efeito de predominância em relação às outras. Nesse caso, as travestis subvertem a ideia do considerado normativo, a diferença se encontra demarcada no corpo delas, sofrendo na pele as sequelas da hierarquia binária normalizadora, em várias características negativas - associadas a tais sujeitos por estarem em desacordo com a norma - justificam o tratamento hostilizante, parte de suas experiências diárias.

Devido à demarcação rígida das identidades sexuais e de gênero que se pretendem fixar, as travestis se situam nas fronteiras entre o masculino e o feminino, questionando essa oposição binária, uma vez que, a “‘possibilidade de cruzar fronteiras’ e de ‘estar nas fronteiras’, de ter uma identidade ambígua, indefinida, é uma demonstração do caráter ‘artificialmente’ imposto das identidades fixas” (SILVA, 2006, p. 89). Silva pondera ainda sobre as travestis que, a “evidente artificialidade da identidade das pessoas travestidas que se apresentam como drag-queens, por exemplo, denunciam a – menos evidente – artificialidade de todas as identidades” (SILVA, 2000, p. 89).

Sendo assim, questionar a identidade de gênero das travestis representa reivindicar novos sentidos sobre a impossibilidade de querer nomeá-las como sendo, fixamente, do gênero masculino. De acordo com Silva (2000), a produção social da diferença engloba questões que foram criadas em sistemas de representação de relações de poder para destituir de normalidade

sujeitos que se situam às margens das identidades consideradas positivas na sociedade. Dito assim pode-se afirmar que a identidade tem a ver com a luta e a disputa em torno das formas de representação social que as relações de poder produzem para destituir os sujeitos de normalidade.

Peres (2009, p. 236), caracteriza as travestis como sujeitos que se” [...] identificam com a imagem e o estilo feminino, apropriando-se de indumentárias e adereços de sua estética, realizando com freqüência a transformação de seus corpos [...]”.

A identidade criada pelas travestis impede que a sociedade cristalice preconceitos no gênero que elas constroem em seus corpos porque o processo de constituição de si faz com que esteja em constante reafirmação e descontinuidade, transitando entre a linha de subjetivação masculina e a feminina, externando uma identidade aberta, inconclusa, perturbadora e provisória (HALL, 2006). Ao ponderar sobre a perturbação de identidades, vale destacar que o processo de subjetivação identitária é permeado de conflitos que atravessam os sujeitos, a partir de vários discursos que são produzidos pelas práticas sociais e instituições das quais formas de subjetivação são reafirmadas.

Na concepção de Hall (2006), a identidade está em processo de andamento, o sujeito tem a ilusão de que consegue pontuar e definir suas linhas de identidades, contudo, “existe sempre algo ‘imaginário’ ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre ‘sendo formada’” (p. 38). Desse modo, a identidade do sujeito pós-moderno se faz numa perspectiva pluralista e as travestis comparecem, nesse cenário, para desconstruir a ideia de identidade única, sendo que Benedetti (2005, p. 131) referiu que as travestis são “um gênero ambíguo, borrado, sem limites e separações rígidas”.

Peres (2011, p. 98) afirma que “[...] todas as identidades são entendidas como construções instáveis, transitórias, arbitrárias e excludentes. Suas configurações dependem de um exterior constitutivo que se processa mediante relações de saberes e poderes”. Essa leitura sobre a identidade nos permite entender como se produz as desigualdades vividas pelas travestis nos seus contextos relacionais, uma vez que há um processo de constante discriminação pelo Outro (comunidade escolar) em ditos que representam separações rígidas e a divisão social entre os gêneros.

Integrando com a perspectiva do pensamento de Foucault (1979), subentende-se que onde há poder, também existe a possibilidade de resistência, a escola, então teria uma função

incomensurável nesse aspecto. Além disso, sabendo dessa possibilidade de resistência, vale ressaltar também a proposta de Britzman (1996), ao pontuar que nenhuma identidade sexual é tão normativa e autêntica que não possa existir sem negociação ou construção.

O MÉTODO ARQUEOLÓGICO

Este estudo concentra esforços analíticos para compreender como ocorre o reconhecimento de estudantes travestis nas escolas. Parte do viés qualitativo, porque proporciona analisar a complexidade do comportamento humano resultante dos significados contidos nas interações que as pessoas fazem com o mundo (ESTEBAN, 2010).

O método se baseia no estudo arqueológico de Foucault (2008), com ênfase no discurso como instrumento de análise. Com isso, o pesquisador partiu da perspectiva de que os discursos consolidados em sociedade sobre as travestis permeiam os seus ditos e dos demais (repórter, demais estudantes e promotor de justiça) e, conseqüentemente, estão vinculados a um contexto social e cultural que oferece significados sobre o que se diz.

O método arqueológico nos permite entender a prática discursiva do que se pretende analisar. Nesse sentido, Foucault (2008) enfatizou que, entre as palavras e as coisas, existe uma forte relação de regras, determinando o entendimento que o autor faz do conjunto de relações entre os enunciados que nos fornecem ditos relacionados a uma mesma formação discursiva.

Cabe, assim, ao analista do discurso buscar as relações das partículas discursivas com a complexidade dos enunciados que se formam em sociedade sobre as travestis.

[...] trata de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação excluem. (FOUCAULT, 2008, p. 31)

A partir da investigação dos discursos, o arqueólogo consegue entender sua dispersão nos ditos e não ditos sobre a travesti entendendo assim a regularidade discursiva sobre ela. O ato enunciativo da reportagem ofereceu os sentidos atribuídos à sua identidade, dimensionados no tempo e no lugar constitutivo das dificuldades vividas, possivelmente por outras travestis. Os enunciados proferidos pela estudante ofereceram condições de entender os regimes de verdade instituídos na escola onde ela estuda, visto que o método arqueológico só terá efetividade por meio dos conceitos mobilizados para entender a problemática em questão.

Nessa perspectiva, foi analisado o acontecimento discursivo da reportagem, apresentando os discursos e as resistências em disputa. De um lado, a estudante travesti na disputa por visibilidade e reconhecimento de sua identidade nas ações da escola e, por outro, os discursos heteronormativos que instituem marcas fixas nos sujeitos e impedem o seu reconhecimento, como é o caso de profissionais da escola e do promotor de justiça.

OS DISCURSOS E A RESISTÊNCIA: VISIBILIDADE X NORMATIVIDADE

No contexto da análise dos dados, cabe acentuar que a travesti é uma estudante. Com esse entendimento, torna-se bastante construtivo tratá-la como um sujeito que agencia e é agenciado já que recebe da formação discursiva parte importante de sua identidade (SILVA, 2006). O tratamento feminino dado a ela busca remeter à leitura do sujeito travesti como vinculada biologicamente ao masculino, mas que expressa o gênero a partir do feminino.

Compreende-se, assim, que sua identidade faz com que esta conviva com representações de si que estão em andamento e a “perda de um ‘sentido de si’ estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito” (HALL, 2006, p. 9).

Os dados apresentados pela reportagem expressam discursos de resistência produzidos através dos enunciados da estudante, pelos outros (escola) e através das marcas do pensamento jurídico. A relevância de se estudar esses discursos de resistência é bastante oportuna na medida em que a produção das sexualidades e da diferença ocorre nas escolas e neste contexto as sexualidades “desviantes” da norma heterossexual historicamente reivindicam respeito e reconhecimento. A perspectiva normativa (heterossexual) que atravessa os sujeitos da comunidade escolar expõe as estudantes travestis a contextos de vulnerabilidades que culminam no “abandono dos estudos ou a expulsão da escola” (PERES, 2009, p. 245), o que integra a relevância de se explorar essa questão na área educacional corroborando na defesa da criação de iniciativas que qualifiquem e oportunizem melhor atendimento educacional as estudantes travestis e homossexuais.

Posto isso, há um antagonismo representado pelos discursos de resistência, em que pode ser evidenciada, de um lado, a estudante travesti na disputa por visibilidade e, de outro lado, sujeitos atravessados discursos que demarcam no corpo, os traços essencialistas e naturalizantes de uma heteronormatividade. Frente a essa disputa, a análise do acontecimento discursivo da reportagem traz a presença de discursos que questionam uma proposta de inclusão social da escola e que também problematiza o reconhecimento das diferenças em ambiente escolar.

Assim, nos ditos da reportagem ocorre o seguinte acontecimento²:

Repórter: “Nome social”³ chega na escola de bicicleta, todos os dias ela sai do “bairro da cidade” para estudar no Centro. Está cursando o terceiro ano do ensino médio e quer ir para a Faculdade, mas o dia a dia na escola está cada vez mais difícil, isso porque “Nome social”, como pede para ser chamada, na verdade é do sexo masculino. Estudante travesti: Foram 17 anos se escondendo isso criou uma grande angústia e isso fez com que eu me libertasse agora.

Repórter: “Nome de origem” de 18 anos, nasceu em “uma cidade de MS” e resolveu se assumir como “Nome social” em abril do ano passado, com o novo comportamento não conseguiu concluir o 3º ano. Este ano, resolveu voltar para a escola, mas em duas semanas as polêmicas começaram, uma delas é na hora da chamada.

Estudante travesti: Conversei com alguns professores e quatro ou cinco deles aceitaram me chamar pelo meu nome social, mas os outros assim, eu ainda estou conversando com alguns e tem alguns que fazem um pouco de resistência ainda.

Repórter: O outro problema é na hora de ir ao banheiro. “Nome social” quer usar o banheiro feminino, pois tem medo de ir no masculino.

Estudante travesti: Eu posso ser motivo de chacota, posso ser motivo de provocações, eu posso sofrer qualquer tipo de agressão porque tem todo e quanto é tipo de gente no mundo em qualquer lugar.

Repórter: A direção da escola orientou a usar o banheiro masculino dos professores, mas “Nome social” não aceitou. Entre os estudantes as opiniões se dividem.

Outra(o) estudante A: Para mim não faz diferença.

Outra(o) estudante B: Na verdade é um menino, entendeu? E começar a frequentar o banheiro das meninas a gente não vai se sentir a vontade.

Outro(a) estudante C: independente do registro, ela é mulher, então ela tem que frequentar um banheiro feminino.

Outra(o) estudante D: Vou me sentir muito mau, porque muitas vezes a gente vai trocar de blusa, assim tipo quando é o uniforme, e ai ele ta lá é ruim.

Outra(o) estudante E: Eu não ia ligar, ela tá se vestindo como menina, eu não tenho preconceito algum.

Repórter: Apesar da polêmica não existe legislação que obrigue o cumprimento das reivindicações do jovem, pelo contrário o artigo 1.604 do Código Civil determina que a pessoa seja chamada pelo nome que está no registro.

Promotor da infância e juventude: Ninguém vai ser acusado de homofobia porque trata alguém de acordo com o que ta no seu registro de nascimento.

Repórter: O promotor relata que o mesmo acontece em relação ao gênero, pois a pessoa deve ser tratada conforme o sexo da certidão de nascimento. Para ele, a presença de um menino no banheiro feminino é inconstitucional e pode trazer transtornos às estudantes.

Promotor da infância e juventude: Permitir que o “Nome inicial” entre num banheiro feminino é expor todas as demais meninas ao risco e também ao constrangimento de ver um homem, já que ele tem uma genitália masculina dentro de um ambiente totalmente reservado para meninas, para mulheres. (SBTNEWS MS, 2013)⁴

² A noção de acontecimento em Foucault (2008) remete ao conjunto das condições que tornam um discurso possível e é imprescindível para que se possa estabelecer a diferença entre o discursivo e o não-discursivo. No caso, remete a um fato particular historicamente situado que servirá para análise.

³ No contexto da transcrição do ato enunciativo resguardaram-se os dados: nome social, nome de origem e bairro da estudante para garantir ética no trato com os dados.

⁴ É possível encontrar a descrição deste ato enunciativo na reportagem divulgada através do link: <<https://www.youtube.com/watch?v=zpMRMolYFvI>>.

A partir da apresentação da reportagem nota-se a busca por entender a necessidade de a escola oferecer um tratamento condizente com as reivindicações da estudante. Foram apresentados, para isso, enunciados oriundos de outros estudantes da escola, bem como a voz de autoridade de um promotor representante do que a legislação pode oferecer para garantir esse reconhecimento. Entretanto, nos dizeres da repórter, o conceito de marcação biológica do corpo é reiterado, ou seja, ao designar a identidade de gênero da estudante, está presente em seu dito que “o jovem é na verdade (sic) do sexo masculino” (Repórter, sic).

No decorrer da exposição do caso, a repórter explora questões referentes à origem e o nome no documento de identidade da estudante. Ao estabelecer os elos de comparação entre a inscrição biológica do sexo de macho da estudante, a repórter trabalha conceitos dos discursos instituídos como “verdades” (FOUCAULT, 2008, p. 31) em sociedade para assegurar um jogo de produção de efeitos de verdade para o telespectador a partir de (des) legitimações possíveis.

A seguir serão analisados os conceitos mobilizados nos discursos produzidos a partir da fala dos sujeitos analisados, visando angariar condições discursivas de apreensibilidade acerca de como funcionam as “verdades” instituídas sobre a questão do gênero e da sexualidade, que funcionam como barreiras para o reconhecimento da estudante em pauta.

CONCEITOS MOBILIZADOS NOS DISCURSOS

A travesti, na referida entrevista, traz o apelo pelo reconhecimento das suas expressões por parte da escola. No entanto, os discursos heteronormativos que atravessam gestores e professores da escola, produzem de efeitos de sentido deslegitimadores em que as reivindicações da jovem não são consideráveis. Oportunamente, é possível destacar que este não-reconhecimento insiste em reproduzir uma lógica de exclusão, sexismo e normatividade no corpo (LOURO, 1997).

Portanto, pensando na estratégia de destacar as resistências, nota-se que a primeira resistência instaurada na reportagem ocorre por parte da escola, considerando os constrangimentos que a estudante vive, desde o momento das chamadas de presença até o uso do banheiro, levando-se em consideração que (quase) nada foi feito para sanar o problema. Em relação ao uso do banheiro, como alternativa, a escola oferece o banheiro masculino dos professores para seu uso, visando por meio da disciplina, impor a perspectiva de sexo e

sexualidade da escola (FOUCAULT, 2005). Isso demonstra o entendimento da escola no que se refere à identidade de gênero.

Assim, Junqueira (2009, p. 14) comentou que a escola, cultural e historicamente, se organizou em práticas que nomeiam, reduzindo a figuras dos estudantes “e todos aqueles e aquelas que não se sintonizassem com o único componente valorizado pela heteronormatividade e pelos arsenais multifariamente a ela ligados – centrados no adulto, masculino, branco, heterossexual, burguês, física e mentalmente “normal””.

É relevante enfatizar a “disputa” (SILVA, 2000, p. 81), a estudante diz que tentou dialogar com os professores e com os gestores da escola sobre o modo como queria ser tratada, no entanto, alguns se colocaram resistentes em atender a esse pedido, expressando a leitura que têm sobre as diferenças sociais entre homens e mulheres e a reprodução disso nas relações sociais em ambiente escolar. A disputa entre a identidade normativa e a subversiva envolve “uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade” [...] de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais (SILVA, 2000, p. 81).

No momento em que a escola não considera as expressões de gênero que a estudante constrói em seu corpo, há uma imposição da norma, ou seja, a estudante é levada a agir disciplinarmente conforme o que a escola acredita ser predisposto para seu corpo. Essa prática de afirmar a identidade normativa pode ser vista também como o poder de definir o normal e o anormal, a inclusão e a exclusão, o bom e o ruim etc. Oferece, com isso, a possibilidade de permanecer na escola, porém tendo que corresponder ao modo como ela se organiza e não a escola se organizar para atender a estudante, ocorrendo o que Foucault (2005) afirma como sendo métodos de disciplinar os sujeitos, ao que é normativo de um contexto.

Enquanto responsável por definir a escola impõe sua leitura sobre a questão do gênero, alinhando-o com a biologia dos corpos e as práticas sexuais. Nesse sentido, Silva (2000, p. 74) acredita que, a identidade passa a ser concebida como “uma característica independente, um ‘fato’ autônomo. Nessa perspectiva, a identidade só tem como referência a si própria: ela é autônoma e auto-suficiente”.

Essa hierarquização entre a identidade normativa e subversiva ocorre por meio de separações rígidas entre quem tem ou não acessos aos recursos sociais da escola, visto que essas diferenças não se iniciam “simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no

corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo investiu a sociedade capitalista” (FOUCAULT, 1986, p. 80).

A partir do entendimento de que a escola intenta, ao instituir o uso do banheiro masculino, instaurar um tratamento heteronormativo ao corpo da estudante, acredita-se que o espaço escolar é permeado de ditos e práticas discursivas que viabilizam uma “heterossexualização compulsória” (BUTLER, 1993, p. 22) das relações. Assim, as relações de força e poder instituem atributos que demarcam na estudante travesti, a subversão do considerado “normal”.

Corroborando com Silva (2000, p. 83), o processo de normalização de uma identidade está relacionado à hierarquização de identidades, as normativas sobrepostas às subversivas; assim considera que:

Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é "natural", desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como *a* identidade.

A hierarquia dessa normalização é sentida pela estudante quando esta traz à tona suas inseguranças quando a escola não respeita suas reivindicações, expondo que os profissionais da escola são atravessados por uma formação discursiva que têm o sexo atribuído ao nascer como determinante do gênero e da sexualidade. Isso se torna perceptível quando a estudante menciona que o não reconhecimento de sua identidade pela escola representou um conflito para si e ocasionou sua desistência no ano passado. Aliada às representações enunciadas pelo imaginário social, fortalecem-se imagens de travestis associadas a perfis irrisórios, subversivos ou, como aponta o cantor Caetano Veloso “boca, nariz, fumaça”, “péssima atriz”, “chão, salto e triz, trapaça”, como sujeitos caricatos e que não são percebidos como sujeitos com identidade própria, mas a partir de identidades estranhas ao corpo social que os circunda, sofrendo, portanto, as consequências de estarem fora das normas.

A intolerância dos sujeitos da escola levou a estudante a conviver com um processo conflituoso de constituição identitária e dependendo de como se

[...] delineiam as possibilidades de reconhecimento (entendido como aceitação e autoaceitação) das diversas orientações sexuais e identidades de gênero, jovens e adolescentes poderão preferir atribuir-se ora uma ora outra identidade, inventar outras, recusar todas, ou aprofundar-se em um angustioso silêncio. (JUNQUEIRA, 2009, p. 33)

Apesar de alguns sujeitos não se sentirem seguros para se afirmarem na identidade subversiva (homossexualidades, travestilidades, bissexualidade e etc), a estudante deste estudo se coloca resistente à normalização de identidades que a escola pratica. Questionou, assim, não somente as práticas da escola em aceitar suas reivindicações, mas também os sistemas de representação que sustentam a identidade normalizada como parte da formação discursiva dos estudantes e profissionais que se colocam contra a busca pelo reconhecimento da estudante.

Notam-se diversos fragmentos da mecânica do poder na formação discursiva dos sujeitos que não aceitam a ambiguidade de gênero da estudante travesti. As impressões mobilizadas, por exemplo, nos dizeres da repórter “resolveu se assumir em abril do ano passado”, e também de alguns estudantes pode destacar este fato:

Na verdade é um menino, entendeu? E começar a frequentar o banheiro das meninas a gente não vai se sentir a vontade. (ESTUDANTE B)

Vou me sentir muito mau, porque muitas vezes a gente vai trocar de blusa, assim tipo quando é o uniforme, e ai ele ta lá é ruim”. (ESTUDANTE D)

O efeito de sentido produzido nas práticas discursivas dos sujeitos que se referem à estudante travesti, neste contexto, corroboram o imaginário social de que a estudante vive uma preferência ou opção por se identificar como pertencente ao gênero oposto.

A incongruência entre a perspectiva heteronormativa e os estudos de (identidade de) gênero ponderam as resistências de ambas as perspectivas que faz com que seja distinto o modo como essas propostas entendem a sexualidade e põe em xeque a hierarquia estabelecida culturalmente entre os sexos no decorrer da história. Não se pretende discutir a sobreposição da diversidade sexual sobre o que já existe consolidado sobre heterossexualidade, mas que outras orientações sexuais tenham a mesma valoração que a normativa tem. Assim, tornam-se palpáveis as consequências das impossibilidades de interlocução entre heteronormatividade e as perspectivas que apregoam a multiplicidade de subjetivações de gênero que convivem na escola, o que reflete nos modos de perceber e se comportar em relação à estudante deste estudo.

A falta de legitimação do corpo travesti fortalece os regimes de invisibilidade que a estudante convive representando que o acesso ao recurso social da educação é limitado a padrões identitários alicerçados em bases convencionais (heterossexualidade). As relações de poder instituídas através das ações vivenciadas na escola normalizam, neste caso, um corpo e estipulam o acesso a partir dele uma vez que, a organização do espaço físico e as representações

nas práticas discursivas dos profissionais foram mapeadas de conceitos convencionais sobre o sexo, o gênero e a sexualidade.

O DISCURSO E A RESISTÊNCIA JURÍDICA

No que se refere à legislação, a reportagem trouxe o discurso jurídico a partir da voz do Promotor de justiça, o que revela conflituosas perspectivas sobre o gênero, reduzindo as possibilidades de sua expressão à interpretação do sexo como reflexo do aparato biológico dos corpos que os reduz aos conceitos de macho e fêmea. Conforme o promotor vai se referindo ao assunto, o seu dizer é permeado de um discurso heteronormativo que tem o sexo como o marcador de gênero, reduzindo quaisquer possibilidades de compreensão do gênero a partir de uma construção social.

Mesmo que a perspectiva apontada pelo promotor considere que o trânsito da travesti pelo banheiro feminino é um constrangimento às meninas, há que se problematizar a viabilidade da escola em concretizar uma proposta de educação baseada na diversidade de sujeitos porque o corpo da estudante travesti é construído a partir de uma expressão feminina o que seria expor a estudante à iminência de riscos, no uso do banheiro masculino.

A perspectiva apontada pelo discurso jurídico emprega uma resistência sem limites a uma proposta de entender a identidade de gênero das travestis como um modo de significação e identificação de si, como sendo feminino. A propósito dessa referência, Foucault (2008) comentou que o discurso tem uma espessura histórica. Acredita-se, pois, que os discursos jurídicos vêm se fortalecendo, historicamente, o que corrobora enunciados como o do promotor, no decorrer dos séculos, buscando a sua materialidade em dizeres que têm o sistema biológico das pessoas como instrumento de efetivar suas verdades.

Objetivando analisar outros enfoques de perspectivas jurídicas, na esteira do pensamento de Rios (2009), encontra-se uma estratégia de burlar o pensamento heteronormativo instituído no discurso do Promotor. O autor crê que a prática do heterossexismo, além de se manifestar nas instituições, também atinge a linguagem e o sistema jurídico. Com isso, completa que:

Daí advém, de um lado, superioridade e privilégios a todos que se adequam a tal parâmetro e de outro, opressão e prejuízos a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e até mesmo a heterossexuais que porventura se afastem do padrão de heterossexualidade imposto. (RIOS, 2009, p. 62-63)

A análise realizada pelo autor infere a uma questão relevante sobre um dos eixos principais que norteiam a prática educativa: a cidadania. Analisar o papel da escola, pela proposta da cidadania, contraria a proposta de inclusão que a escola vem trazendo para a vida da estudante travesti que reivindica o uso do nome social e do banheiro feminino. Dito desse modo, Rios (2009) afirmou que as discriminações que se reproduzem nos ditos em ambiente escolar são baseadas no heterossexismo.

Apesar do fato de que o discurso jurídico do promotor traga a impossibilidade de efetivar a reivindicação da estudante, Rios (2009, p. 70) entende que, mesmo não existindo a criminalização da homofobia, a prática de tratamento hostilizado é discriminatória e “[...] aponta para a reprovação jurídica das violações ao princípio isonômico, atentando para os prejuízos experimentados pelos destinatários de tratamentos desiguais”.

Na perspectiva dos discursos jurídicos, cabe destacar que, mesmo existindo perspectivas desconectadas de uma proposta de criminalização da homofobia, a leitura realizada por Rios (2009) mostrou a discriminação como proposta para entender os tratamentos desiguais, a que estão submetidos sujeitos que expressam sexualidades diferentes da normativa (heterossexual). Contraria a perspectiva do Promotor, dizendo que

[...] acrescida do aporte jurídico do direito da antidiscriminação, fornece elementos a pesquisadores, operadores do direito e ativistas para uma melhor compreensão das violações aos direitos humanos experimentadas por homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais. No combate a esta expressão discriminatória, as funções do direito são várias. (RIOS, 2009, p. 78)

Assim, no conjunto de reflexões jurídicas citadas pelo promotor de justiça, há a necessidade de revisão de conceitos sobre a discriminação contra sujeitos de minorais sociais, como se entende o caso da estudante travesti avivada no discurso de resistência aos efeitos negativos de um poder que a exclui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa perspectiva, a busca da estudante travesti envolve a necessidade de ter sua vivência legitimada e sua diferença respeitada, o que fará com que se sinta pertencente ao espaço da escola (HALL, 2006). Essa incompletude dela que resiste à demarcação identitária de seu gênero de origem deveria ser acolhida pela escola e respeitada, sendo sua contestação a marca do reconhecimento de sua identidade, o que significa uma maneira de se sentir,

ilusoriamente, plena, estável e resolvida nas relações que estabeleceu naquele espaço (HALL, 2006).

Feita essa análise, este estudo visou trazer contribuições a uma proposta de que sejam reafirmadas iniciativas de reconhecimento das identidades de gênero das travestis que participam das práticas e do cotidiano escolares. O corpo das travestis subverte o ordenamento inicial do sistema biológico e, aliado ao descentramento de sua identidade, convida a escola a repensar sua organização, visto que a proposta é atender a todos, dentro das mais variadas formas de expressão.

É importante enfatizar que a negociação da identidade de gênero da estudante travesti, nessa escola, foi um processo de efetivas perdas para ela, porque seu corpo evidencia a necessidade de problematização do normativo, porém a escola é atravessada por significados que estagnam identidades sexuais fixas que, incansavelmente, lutam por determinar o seu “dispositivo de sexualidade” (FOUCAULT, 1986).

Assim, os estudos de Tomas Tadeu da Silva (2000) relataram que a identidade e a diferença têm entre si estreita relação de dependência visto que quando o sujeito se afirma pertencente a um grupo, conseqüentemente, ele o suprime de outro. Neste contexto, quando a estudante se afirma nessa linha de subjetivação ambígua (masculina e feminina), ela se insere numa diferença que constrói sua identidade de gênero.

A partir dessa leitura, Silva (2000, p. 74) ainda afirma que a identidade e a diferença “não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais”. Dito desse modo, a presente pesquisa apresenta a perspectiva que se entende da produção da femininidade da estudante travesti. Essa estudante construiu, assim, em seu corpo, a maneira como ela se sente e se identifica para o mundo e alguns estudantes, profissionais da escola e o promotor analisado não reconhecem essa expressão.

Diante da conjuntura do caso da estudante, este estudo visou construir reflexões a respeito de como estamos, enquanto sujeitos e profissionais da educação, lidando com a diversidade nas escolas. Isso também nos desloca a entender o conjunto de oportunidades que oferecemos às estudantes travestis e homossexuais em ambiente escolar, posto que estão reivindicando espaços de discussão sobre uso de nome social, uso de banheiro e,

principalmente, o respeito que, em muitos casos, não fazem parte do convívio desses estudantes na rotina escolar.

Para contrariar a proposta apresentada pelo autor do discurso da justiça, fez-se indispensável trazer também o entendimento de que a estudante travesti convive com a discriminação e, de acordo com Rios (2009), a proposta para avaliar os descasos vividos pelas travestis parte da perspectiva de que nenhum sujeito tem que viver com discriminações de qualquer natureza. Essa perspectiva nos oferece relevantes discussões para garantir a permanência e o pertencimento das estudantes travestis nas escolas.

No que se refere à utilização do método arqueológico, o enunciado da escola (alguns professores e direção), alguns estudantes, repórter e promotor de justiça nos remete a efeitos de sentido heteronormativos que tendem a classificar e categorizar a sexualidade como pertencente ao sexo de macho e de fêmea.

Nesse sentido, as estratégias usadas para analisar os discursos dos sujeitos que estão atravessados por perspectivas heteronormativas tiveram profundidade nos ditos teóricos sobre identidade e gênero, bem como a articulação de ambas, compreendendo a estudante travesti e sua busca pelo sentimento de se sentir pertencente à escola como uma maneira de ser reconhecida e não tolhida neste ambiente.

As estratégias de articulação entre teorias utilizadas e os discursos heteronormativos circulados em ambiente escolar, convida a comunidade escolar a revisar a função e cultura escolar com o objetivo de garantir um tratamento qualificado às estudantes travestis e potencializar espaços de redução de danos e situações de vulnerabilidades em suas vidas. Vale pontuar também que as estratégias de análise visaram promover condições teóricas de assegurar um atendimento educacional qualificado a partir da compreensão do fato de que as estudantes travestis fazem e constroem em seus corpos a partir do feminino. Sendo assim, com o reconhecimento delas, a tendência da escola é reduzir as vulnerabilidades educacionais de estudantes que abandonam e evadem, por conta do tratamento homofóbico e transfóbico, que fazem parte do cotidiano deles.

DISCOURSES BETWEEN PROSPECTS AND RESISTANCES IN RELATION TO TRANVESTITES STUDENTS IN SCHOOL

ABSTRACT: This paper analyzes statements of an interview held in 2013 in Mato Grosso do Sul with a focus to the issue of students transvestites in schools. In this context, the discussion involving student claims directed to the use of the name, as well as for the social use of the ladies ' room. For the objective, it becomes appropriate to grasp the concepts and resistance expressed in the effects of meaning of the discourses produced. The methodological feature of archaeology foucaultiana added to the scope of cultural studies it possible to focus on statements that act as resistance to the promotion of respect for sexual diversity in school environment. Nurture analysis strategies concluding reflections to ensure the right to quality of care that oportunize the legitimation of sexual diversity in schools, starting from the recognition of the way these guys meant and qualify itself the female gender.

KEYWORDS: Discourse. Education. Diversity. Sexuality.

DISCURSOS ENTRE LAS PERSPECTIVAS Y RESISTENCIAS A LOS ESTUDIANTES TRAVESTIS EN LAS ESCUELAS

Resumen: Este texto analiza las declaraciones de una entrevista que se celebrará en 2013 en Mato Grosso do Sul que destacó la experiencia de travestis estudiantes en las escuelas. En este contexto, el debate causado por las reclamaciones de estudiante, dirigidas a la utilización del nombre, así como para el uso social de la habitación de las señoras '. Como meta, se convierte en apropiado comprender los conceptos y la resistencia que se expresa en los efectos de sentido del discurso producidos. La función metodológica de la arqueología foucaultiana ha añadido al ámbito de los estudios culturales permite centrarse en las declaraciones que actúan como resistencia a la promoción del respeto a la diversidad sexual en el ambiente escolar. Fomentar estrategias de análisis finales reflexiones para garantizar el derecho a la calidad de la atención oportunize la legitimación de la diversidad sexual en las escuelas, a partir del reconocimiento de la forma de estos chicos significaban y califican en el género femenino.

PALABRAS CLAVE: Discurso. Educación. Diversidad. Sexualidad.

REFERÊNCIAS

BENEDETTI, M. R. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BUTLER, J. *Corpos e matéria: sobre os limites discursivos dos sexos*. New York: Routledge, 1993.

BRITZMAN, D. O que é essa coisa chamada amor. Identidade homossexual, educação e currículo. *Educação e Realidade*. v.21, n.1, jan/jul.1996.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 26. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 22. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

ESTEBAN, M. P. S. *Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições*. Porto Alegre: AMGH, 2010.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, R. D. *Diversidade sexual na educação: problematização sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: MEC/SECAD, 2009. p.13-52.

JUNQUEIRA, R. D. Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. *Espaço do currículo*, v.2, n.2, março, 2010.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

PERES, W. S. Cenas de exclusão anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, R. D. *Diversidade sexual na educação: problematização sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: MEC/SECAD, 2009. p. 235-264.

PERES, W.S. Tecnologias e programa de sexo e gênero: apontamentos para uma psicologia política queer. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos*. Brasília: CFP, 2011.

RIOS, R. R. Homofobia na perspectiva dos direitos humanos e nos contextos dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: JUNQUEIRA, R. D. *Diversidade sexual na educação: problematização sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: MEC/SECAD, 2009.

SILVA, T. T. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

Recebido em março de 2016.

Aprovado em março de 2017.